

A partir do início dos anos 70 a maior parte das Forças Armadas das democracias ocidentais passou a admitir mulheres nas suas fileiras, rompendo com aquela que havia sido uma das mais estruturantes características das organizações militares: a exclusividade masculina. Se é certo que a participação feminina em actividades combatentes constitui uma constante histórica, a excepionalidade de que a presença militar de mulheres sempre se revestiu faz com que este novo padrão emergente tenha sido frequentemente equiparado a uma verdadeira revolução.

O conjunto de profundas transformações sociais e organizativas que se vinham fazendo sentir desde o final da II Guerra Mundial, e que estiveram na origem deste novo modelo de recrutamento feminino – designadamente ao nível das formas de participação social das mulheres bem como de reconversões organizativas no interior das instituições militares – veio também a ocasionar, já na presente década, o início do recrutamento feminino em Portugal. Tal como noutros casos, esse processo não será inconsequente, quer pelo desafio que coloca em termos culturais e organizativos às Forças Armadas, quer também pelo seu significado social e político para as próprias mulheres.

A oportunidade de uma reflexão sobre esta temática afigura-se pois evidente, tendo sido consensualmente reconhecida pelo conselho editorial da Nação e Defesa.

O dossier que agora se publica é o resultado desse reconhecimento. Do ponto de vista da sua organização, assenta numa opção fundamental: face à novidade do tema no nosso país bem como à escassez de trabalhos de sistematização nesta área, pareceu-nos vantajoso apostar na heterogeneidade e complementaridade de contribuições diversas, mais do que concentrar o debate em aspectos particulares da temática geral. Os artigos reunidos partem pois de perspectivas diferenciadas, tanto do ponto de vista dos ângulos disciplinares como do enfoque temporal e empírico.

Os textos de Mady Segal e Fabrizio Battistelli propõem uma reflexão teórica com referência a diversos âmbitos nacionais, com destaque para os casos dos E.U.A. e Itália – dois contextos polarmente opostos do ponto de

vista da sua experiência de participação militar feminina, já que enquanto o primeiro país conta com perto de três décadas de presença feminina nas Forças Armadas, a Itália é um dos poucos membros da NATO em que não teve ainda início o recrutamento militar de mulheres.

Mady Segal procura no seu artigo contribuir para a sistematização teórica da problemática, articulando hipóteses de pesquisa e fornecendo um quadro analítico susceptível de orientar futuras investigações, apresentando-se, nessa medida, como um contributo inestimável para os estudos nesta área.

Fabrizio Battistelli, por sua vez, escrutina, de forma inovadora, diversos referenciais socio-antropológicos subjacentes à construção do intrincado complexo simbólico que associa guerra e masculinidade, procurando mostrar como as mulheres foram historicamente incluídas ou excluídas desse processo, para depois se concentrar nas atitudes dos militares italianos face à possibilidade da mulher-soldado.

Os restantes textos referem-se já ao caso português.

José Hermínio Estevão Alves apresenta-nos um depoimento institucional sobre a presença das mulheres nas Forças Armadas Portuguesas, revendo a sua participação histórica e colocando diversas questões e interrogações para o futuro.

O artigo de Helena Carreiras procura fornecer elementos de enquadramento e análise da recente integração de mulheres nas Forças Armadas. Centrando-se fundamentalmente no plano das políticas de recrutamento, procura escrutinar sociologicamente diversos dos indicadores que dão conta da evolução deste processo no nosso país.

Finalmente, partindo de uma perspectiva ancorada nos contributos da Psicologia Social, Paula Castelão apresenta resultados de um estudo de caso em torno das dinâmicas identitárias que acompanham a integração feminina numa Academia Militar, salientando a forma como valores e normativos culturais que acompanham a construção social dos referenciais de masculino e feminino aí se reflectem, afectando simultaneamente a estruturação de identidades pessoais e profissionais.

Em anexo pareceu-nos útil inserir alguns documentos de apoio: uma selecção da legislação existente sobre o tema em Portugal, uma breve descrição da situação das mulheres militares nos vários países da NATO e ainda uma bibliografia sumária.

Helena Carreiras